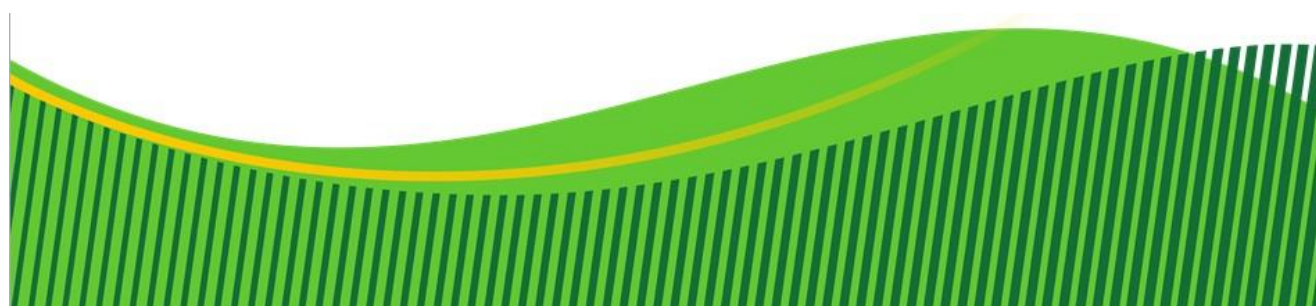


Relatório Anual 2019

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheirais do Paraná e Noroeste Paulista - Sicredi Planalto das Águas PR/SP

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheirais do Paraná e Noroeste Paulista - Sicredi Planalto das Águas PR/SP
Guarapuava/PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheirais do Paraná e Noroeste Paulista - Sicredi Planalto das Águas PR/SP (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações de sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheirais do Paraná e Noroeste Paulista - Sicredi Planalto das Águas PR/SP em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 13 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheirais do Paraná e Noroeste Paulista - Sicredi Planalto das Águas PR/SP, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Plano de Negócios

A Cooperativa elaborou o plano de negócio e estudo de viabilidade econômica com vistas à ampliação da área de atuação, em conformidade com o disposto no artigo 12 da Res. CMN nº 4.434.

Informamos que as premissas constantes no plano de negócios e estudo de viabilidade econômica encaminhados ao Banco Central não foram alcançadas na totalidade, conforme demonstrado na planilha abaixo:

Dados	Estimado	Realizado
Associados	27.324	25.012
Carteira de Crédito *	276.972	276.657
Depósitos	256.297	219.977
Patrimônio Líquido	141.337	103.895
Capital	54.286	42.931
Resultado Antes das Destinações	15.261	13.265
Rentabilidade do PL	10,80%	12,77%

valores em milhares de Reais

* Saldo reduzido das provisões para operações de crédito.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheiros do Paraná e Noroeste Paulista - Sicredi Planalto das Águas PR/SP
CNPJ/MF nº 77.984.870/0001-77

ATIVO	31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE	376.082	357.343	CIRCULANTE	190.824	179.403
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	10.043	7.365	DEPÓSITOS (NOTA 11)	48.920	44.233
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	134.313	148.948	Depósitos à Vista	39.227	32.390
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	-	1	Depósitos a Prazo	9.693	11.843
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural	376	-	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 12)	108.363	103.689
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	133.937	148.947	Repasse Interfinanceiros	108.363	103.689
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	205.845	181.512	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	695	447
Operações de Crédito	214.435	190.380	Recursos em Trânsito de Terceiros	695	447
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(8.590)	(8.868)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 13)	-	4.005
OUTROS CRÉDITOS	21.450	16.373	Empréstimos País - Outras Instituições	-	4.005
Créditos por Avals e Fianças Honrados (NOTA 06)	287	290	OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 14)	32.846	27.029
Rendas a Receber	838	797	Cobrança e Arrecadação de Tributos	53	57
Diversos (NOTA 06 e 07)	20.665	15.639	Sociais e Estatutárias	6.283	4.750
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 06)	(340)	(353)	Fiscais e Previdenciárias	596	674
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	4.431	3.145	Diversas	25.914	21.548
Outros Valores e Bens	4.425	3.023	NÃO CIRCULANTE	188.101	151.860
(Provisão para desvalorização)	(102)	-	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	188.101	151.860
Despesas Antecipadas	108	122	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	188.101	151.860
NÃO CIRCULANTE	106.738	64.117	DEPÓSITOS (NOTA 11)	171.057	145.659
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	106.738	64.117	Depósitos Interfinanceiros	5.390	-
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	11.013	1.061	Depósitos a Prazo	165.667	145.659
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	11.013	1.061	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 12)	15.440	4.597
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	70.812	43.910	Repasse Interfinanceiros	15.440	4.597
Operações de Crédito	76.194	47.403	OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.604	1.604
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(5.382)	(3.493)	Diversas	1.604	1.604
OUTROS CRÉDITOS	91	68	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	103.895	90.197
Diversos (NOTA 06 e 07)	93	72	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16)	42.931	38.703
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 06)	(2)	(4)	De Domiciliados no País	53.726	46.683
OUTROS VALORES E BENS	-	52	(Capital a Realizar)	(10.795)	(7.980)
Despesas Antecipadas (NOTA 08)	-	52	RESERVAS DE SOBRAS	57.789	48.642
INVESTIMENTOS (NOTA 09)	10.820	9.168	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	3.175	2.852
Outros Investimentos	10.820	9.168	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	482.820	421.460
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	11.529	7.099			
Imóveis de Uso	2.650	-			
Outras Imobilizações de Uso	13.699	10.619			
(Depreciação acumulada)	(4.820)	(3.520)			
INTANGÍVEL (NOTA 10)	2.473	2.759			
Outros Ativos Intangíveis	5.500	5.159			
(Amortização acumulada)	(3.027)	(2.400)			
TOTAL DO ATIVO	482.820	421.460			

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheiros do Paraná e Noroeste Paulista - Sicredi Planalto das Águas PR/SP
CNPJ/MF nº 77.984.870/0001-77

Descrição das contas	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)			01/01/2019 a 31/12/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	29.466	-	29.466	55.727	-	55.727	47.703	-	47.703
Operações de Crédito	29.342	-	29.342	55.567	-	55.567	47.632	-	47.632
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	81	-	81	114	-	114	64	-	64
Resultado das Aplicações Compulsórias	43	-	43	46	-	46	7	-	7
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(12.180)	(26)	(12.206)	(22.841)	(46)	(22.887)	(20.416)	(26)	(20.442)
Operações de Captação no Mercado	(3.817)	(26)	(3.843)	(7.858)	(46)	(7.904)	(6.513)	(26)	(6.539)
Operações de Empréstimos e Repasses	(3.370)	-	(3.370)	(6.804)	-	(6.804)	(6.722)	-	(6.722)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.993)	-	(4.993)	(8.179)	-	(8.179)	(7.181)	-	(7.181)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	17.286	(26)	17.260	32.886	(46)	32.840	27.287	(26)	27.261
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(10.599)	1.937	(8.662)	(19.754)	3.452	(16.302)	(15.570)	3.233	(12.337)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	2.499	4.634	7.133	4.798	8.712	13.510	4.120	7.373	11.493
Rendas de Tarifas Bancárias	2.791	-	2.791	5.017	-	5.017	4.065	-	4.065
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(8.870)	(1.063)	(9.933)	(16.146)	(2.052)	(18.198)	(13.715)	(1.590)	(15.305)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(8.306)	(1.197)	(9.503)	(16.322)	(2.259)	(18.581)	(13.004)	(1.895)	(14.899)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(20)	(230)	(250)	(47)	(434)	(481)	(55)	(368)	(423)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	6.052	229	6.281	12.116	271	12.387	11.555	376	11.931
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(4.745)	(436)	(5.181)	(9.170)	(786)	(9.956)	(8.536)	(663)	(9.199)
RESULTADO OPERACIONAL	6.687	1.911	8.598	13.132	3.406	16.538	11.717	3.207	14.924
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	119	10	129	130	10	140	74	68	142
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	6.806	1.921	8.727	13.262	3.416	16.678	11.791	3.275	15.066
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	237	237	-	(380)	(380)	-	(366)	(366)
Provisão para Imposto de Renda	-	154	154	-	(237)	(237)	-	(209)	(209)
Provisão para Contribuição Social	-	83	83	-	(143)	(143)	-	(157)	(157)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(1.511)	-	(1.511)	(3.033)	-	(3.033)	(2.548)	-	(2.548)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	5.295	2.158	7.453	10.229	3.036	13.265	9.243	2.909	12.152
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	3.036	(3.036)	-	2.909	(2.909)	-
REVERSÃO DE RESERVA DE EXPANSÃO	-	-	-	2.032	-	2.032	1.446	-	1.446
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	5.295	2.158	7.453	15.297	-	15.297	13.598	-	13.598
DESTINAÇÕES	-	-	-	(12.122)	-	(12.122)	(10.746)	-	(10.746)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(2.424)	-	(2.424)	(2.189)	-	(2.189)
Fates - Estatutário	-	-	-	(634)	-	(634)	(571)	-	(571)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(8.890)	-	(8.890)	(7.986)	-	(7.986)
Reserva Legal - Doação SFG	-	-	-	(174)	-	(174)	-	-	-
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	3.175	-	3.175	2.852	-	2.852

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheiros do Paraná e Noroeste Paulista - Sicredi Planalto das Águas PR/SP

CNPJ/MF nº 77.984.870/0001-77

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2018	34.716	40.656	-	2.332	77.704
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	876	-	-	(876)	-
Destinações para reservas	-	-	1.446	(1.446)	-
Outras destinações	-	-	-	(10)	(10)
Capital de associados					
Aumento de capital	4.392	-	-	-	4.392
Baixas de capital	(2.756)	-	-	-	(2.756)
Reversões de reservas	-	-	(1.446)	1.446	-
Resultado do período	-	-	-	12.152	12.152
Destinações					
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(571)	(571)
Reserva Legal - Estatutária	-	7.986	-	(7.986)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.475	-	-	(2.189)	(714)
Saldos no fim do período em 31/12/2018	38.703	48.642	-	2.852	90.197
Mutações do Período	3.987	7.986	-	520	12.493
Saldos no início do período em 01/01/2019	38.703	48.642	-	2.852	90.197
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	730	-	-	(730)	-
Destinações para reservas	-	-	2.115	(2.115)	-
Outras destinações	-	-	-	(7)	(7)
Capital de associados					
Aumento de capital	5.285	-	-	-	5.285
Baixas de capital	(3.395)	-	-	-	(3.395)
Reversões de reservas	-	-	(2.032)	2.032	-
Resultado do período	-	-	-	13.265	13.265
Destinações					
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(634)	(634)
Reserva Legal - Estatutária	-	8.890	-	(8.890)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.608	-	-	(2.424)	(816)
Reserva Legal - Doação SFG	-	174	-	(174)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	42.931	57.706	83	3.175	103.895
Mutações do Período	4.228	9.064	83	323	13.698
Saldos no início do período em 01/07/2019 (Não auditado)	40.879	48.642	2.115	5.812	97.448
Capital de associados					
Aumento de capital	2.436	-	-	-	2.436
Baixas de capital	(1.992)	-	-	-	(1.992)
Reversões de reservas	-	-	(2.032)	2.032	-
Resultado do período	-	-	-	7.453	7.453
Destinações					
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(634)	(634)
Reserva Legal - Estatutária	-	8.890	-	(8.890)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.608	-	-	(2.424)	(816)
Reserva Legal - Doação SFG	-	174	-	(174)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	42.931	57.706	83	3.175	103.895
Mutações do Período	2.052	9.064	(2.032)	(2.637)	6.447

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheirais do Paraná e Noroeste Paulista - Sicredi Planalto das Águas PR/SP
CNPJ/MF nº 77.984.870/0001-77

	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	10.054	16.420	16.356
Resultado do semestre/exercício	7.452	13.265	12.152
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	2.602	3.155	4.204
Provisão para operações de crédito	2.084	1.611	3.010
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	102	102	-
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	(2)	(15)	131
Depreciação do imobilizado de uso	689	1.304	1.009
Amortização do intangível	327	627	537
Baixas do ativo permanente	16	33	108
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	44	94	(28)
Destinações ao FATES	(635)	(635)	(571)
Dividendos SicrediPar	(23)	34	8
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(1.601)	(22.097)	15.487
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(9.920)	(9.952)	(64)
Redução em relações interfinanceiras ativas	4.000	1	49
(Aumento) em créditos vinculados	(219)	(375)	-
Redução em relações com correspondentes	1	-	-
(Aumento) em operações de crédito	(56.065)	(52.885)	(28.615)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	30.172	15.517	3.953
(Aumento) em outros créditos	(4.427)	(5.120)	(4.097)
(Aumento) em outros valores e bens	(797)	(1.336)	(2.184)
Aumento em depósitos	27.612	30.086	38.872
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(467)	248	(21)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	-	(4.005)	695
Absorção de dispêndios pelo FATES	(63)	(571)	(466)
Aumento em outras obrigações	8.572	6.295	7.365
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	8.453	(5.677)	31.843
Aquisição de Investimentos	(1.653)	(1.652)	(728)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.349)	(5.730)	(3.256)
Aplicações no Intangível	(112)	(341)	(1.234)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(3.114)	(7.723)	(5.218)
Integralização de capital	2.436	5.285	4.392
Baixa de capital	(1.992)	(3.395)	(2.756)
Juros ao capital próprio	(816)	(816)	(714)
Distribuição de Sobras	-	(7)	(10)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(372)	1.067	912
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	4.967	(12.333)	27.537
Caixa e equivalente de caixa no início do período	139.013	156.313	128.775
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	143.980	143.980	156.312

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheirais do Paraná e Noroeste Paulista - Sicredi Planalto das Águas PR/SP ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 10/08/1983 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2019, está organizado por 110 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.861 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 12 de Fevereiro de 2020.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

o) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades	10.043	7.365
Caixa	10.043	7.365
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	133.937	148.947
Total	143.980	156.312

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2019 equivale a 99% do CDI (2018 - 100%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2019	2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	11.013	1.061
DI entre Banco e Cooperativas	11.013	-
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	1.061
Total não circulante	11.013	1.061

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	91.686	54.617	146.303	119.595
Financiamentos	7.661	12.410	20.071	9.698
Financiamentos rurais e agroindustriais	115.088	9.167	124.255	108.490
Carteira total	214.435	76.194	290.629	237.783

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honradas	287	-	287	290
Devedores por compra de valores e bens	161	90	251	123
Títulos e créditos a receber (i)	19.129	3	19.132	13.896
Total	19.577	93	19.670	14.309

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2019	2018	2019	2018
Nível AA	-	51	55	-	-
Nível A	0,50	137.548	96.405	688	482
Nível B	1,00	110.708	102.225	1.108	1.022
Nível C	3,00	33.662	26.970	1.010	808
Nível D	10,00	12.592	12.249	1.259	1.225
Nível E	30,00	4.984	5.086	1.495	1.526
Nível F	50,00	2.118	1.533	1.059	767
Nível G	70,00	3.136	2.269	2.195	1.588
Nível H	100,00	5.500	5.300	5.500	5.300
Total		310.299	252.092	14.314	12.718

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2019			Total da Carteira	2018
		A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	4.033	27.279	35.960	32.818	100.090	82.314
Rural	261	34.936	79.891	9.167	124.255	108.490
Industrial	147	2.971	2.828	5.937	11.883	9.647
Comércio	1.113	9.516	13.035	12.669	36.333	28.348
Outros Serviços	633	8.305	13.104	15.696	37.738	23.293
Total	6.187	83.007	144.818	76.287	310.299	252.092

d) Concentração das operações de crédito

	2019	%	2018	%
10 maiores devedores	32.795	10,57	30.804	12,22
50 devedores seguintes	65.639	21,15	57.990	23,00
100 devedores seguintes	54.472	17,55	47.107	18,69
Demais	157.393	50,72	116.191	46,09
Total	310.299	100	252.092	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2019	2018
Saldo inicial	12.718	9.577
Constituição de provisão	8.179	7.181
Movimentação de baixados para prejuízo	(6.583)	(4.040)
Saldo final	14.314	12.718

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 3.510 (2018 - R\$ 2.773), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 17.411 (2018 - R\$ 14.249).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais	67	79
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	473	273
Devedores por compra de valores e bens	161	55
Devedores por depósitos em garantia	96	138
Impostos e contribuições a compensar	75	331
Títulos e créditos a receber (ii)	19.129	13.892
Devedores por convênios	27	6
Operações com cartões	312	313
Pendências a regularizar	41	251
Outros	284	301
Total Circulante	20.665	15.639
Devedores por compra de valores e bens	90	68
Títulos e créditos a receber	3	4
Total não circulante	93	72

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2019	2018
Bens não de uso próprio	4.425	3.014
Imóveis	4.425	3.003
Veículos e afins	-	11
Material em estoque	-	9
Despesas antecipadas	108	122
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(102)	-
Total Circulante	4.431	3.145
Despesas antecipadas	-	52
Total não circulante	-	52

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 102 (2018 - R\$) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2019	2018
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	7.011	5.466
Sicredi Participações S.A.	3.808	3.701
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	10.820	9.168

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Número de ações/quotas possuídas	1.267.222 ON	1.197.066 ON	1	1	7.010.780	5.465.634
	2.649.165 PN	2.503.907 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,37%	0,42%	0,62%	0,62%	2,21%	2,40%
Capital social	969.491	880.597	164	164	317.064	227.306
Patrimônio líquido	989.638	906.341	312.950	252.691	318.570	228.806
Lucro líquido do exercício	6.514	14.956	60.259	12.122	-	-
Valor do investimento	3.808	3.701	1	1	7.011	5.466

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2019			2018
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	16.349	(4.820)	11.529	7.099
Imobilizações em curso	-	821	-	821	1.216
Terrenos	-	2.650	-	2.650	-
Instalações	10%	3.499	(1.246)	2.253	1.984
Móveis e equipamentos de uso	10%	3.722	(1.171)	2.551	1.833
Sistema de comunicação	10%	370	(102)	268	266
Sistema de processamento de dados	20%	3.744	(1.823)	1.921	1.094
Sistema de segurança	10%	989	(251)	738	489
Sistema de transporte	20%	554	(227)	327	217
Intangível (i)		5.500	(3.027)	2.473	2.759
Investimentos Confederação		5.403	(3.000)	2.403	2.670
Outros ativos intangíveis		97	(27)	70	89
Total		21.849	(7.847)	14.002	9.858

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2019				2018
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	39.227	-	-	39.227	32.390
Depósitos interfinanceiros	-	-	5.390	5.390	-
Depósitos a prazo	6.180	3.513	165.667	175.360	157.502
Total	45.407	3.513	171.057	219.977	189.892

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2019	2018
Recursos do Crédito Rural	108.363	103.689
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	108.363	103.689
Total circulante	108.363	103.689
Recursos do Crédito Rural	15.440	4.597
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	15.440	4.597
Total não circulante	15.440	4.597

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 8,5% a.a. com vencimentos até 15/12/2027, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2019	2018
Empréstimos no País - outras instituições	-	4.005
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	-	4.005
Total circulante	-	4.005

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Cheques administrativos	1.910	2.975
Obrigações por convênios oficiais	11	14
Provisão para pagamentos a efetuar	1.831	1.441
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 15)	325	231
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	1.012	1.478
Juros Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital - Banco (ii)	67	76
Pendências a regularizar	25	11
Operações com cartões	18.521	13.751
Demais fornecedores	670	383
Credores diversos	1.542	1.188
Total circulante	25.914	21.548
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital - Banco (ii)	1.604	1.604
Total não circulante	1.604	1.604

(i) Refere-se a obrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

(ii) As dívidas subordinadas elegíveis a capital nível II referem-se a contratos de mútuo com cláusula de subordinação firmados em março de 2013 com vencimento em dezembro de 2021 pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, possui taxa anual de 158,5% do CDI, pagos semestralmente

NOTA 15 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2019	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2019
Trabalhista	15	-	(15)	-
Cível	216	201	(92)	325
Total	231	201	(107)	325

Natureza	Probabilidade de perda	2019	2018
Trabalhista	Provável	-	15
Cível	Provável	325	216
Total		325	231

Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa possuía também processos de natureza Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 44; R\$ 249 (2018 - R\$ 17, R\$ 1.472 e R\$ 249), respectivamente.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2019	2018
Capital Social	42.931	38.703
Total de associados	25.012	20.855

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 4.228 (2018 - R\$ 3.987), sendo R\$ 2.338 (2018 - R\$ 2.351) via integralização de resultados e R\$ 5.285 (2018 - R\$ 4.392), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 3.395 (2018 - R\$ 2.756).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6% em 70% em Conta Capital e 30% em Conta Corrente, no montante de R\$ 2.424, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 70% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2019 a Cooperativa utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 174 (R\$ 0 em dezembro de 2018), registrada no grupo de "Outras Receitas Não Operacionais".

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	13.645	12.518
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(5.458)	(5.258)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	14	9
Provisão resgate de milhas cartão	26	(40)
Brindes e Doações	(20)	(21)
Provisão PPR e Outras Gratificações	(37)	51
Receita com atos cooperativos	4.092	3.882
Juros sobre capital próprio	970	919
Prejuízo fiscal	-	43
Lucros e dividendos	10	25
Outros	23	25
Subtotal	5.078	4.892
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(380)	(366)

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2019	2018
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	11.013	1.061
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	133.937	148.947
Outros Créditos - Rendas a receber	677	618
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	573	452
Investimentos (Nota 09)	10.820	9.168
Intangível (Nota 10)	2.403	2.670
Passivo		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 11)	5.390	-
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	123.803	108.286
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	-	4.005
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	18.344	13.387
Principal e juros dívida subordinada (Nota 14)	1.671	1.680
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	114	64
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	3.968	3.561
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 21)	8.896	8.551
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 17)	174	-
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	173	-
Operações de Empréstimos e Repasses	6.804	6.722
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 20)	1.634	1.299
Outros Dispendios e Despesas Operacionais (Nota 22)	5.073	4.480

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2019	% em relação ao total	2018
Depósitos à vista	17	0,04%	38
Depósitos a prazo	1.714	0,98%	1.123
Operações de crédito	1.406	0,48%	927

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2019	2018
Pessoas chave da administração	3.591	2.746

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Despesa de água, energia e gás	344	297
Despesa de aluguéis	1.882	1.545
Despesa de comunicação	833	765
Despesa de manutenção e conservação	1.244	930
Despesa de material	308	260
Despesa processamento dados	400	330
Despesa de promoções e relações públicas	2.714	1.583
Despesa de propaganda e publicidade	204	237
Despesa de seguro	220	524
Despesa de serviços do sistema financeiro	1.045	964
Despesa de serviços de terceiros	348	210
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.306	1.096
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.197	720
Despesa de serviços de transportes	1.704	1.560
Despesa de viagem	97	108
Despesa de depreciação e amortização	1.304	1.017
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	627	529
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	744	632
Outras despesas administrativas	2.060	1.592
Total	18.581	14.899

NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	568	1.176
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	8.639	8.242
Reversão de provisões operacionais	2.385	1.905
Outras rendas operacionais	795	608
Total	12.387	11.931

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Descontos concedidos em renegociação e crédito	756	1.042
Contribuições Cooperativistas	207	197
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	613	468
Contribuição Confederação Sicredi	4.090	3.466
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	615	559
Encargos da administração financeira	46	55
Repasso administradora de Cartões	190	196
Outras despesas de Cartões	1.151	830
Outras provisões operacionais	1.553	1.738
Outras despesas operacionais	735	648
Total	9.956	9.199

NOTA 23 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Beneficiários de garantias prestadas (i)	48.474	48.671
Coobrigações em cessões de crédito	7	8
Total	48.481	48.679

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 24 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2019	2018
Patrimônio de Referência (PR)	102.089	88.446
Nível I (NI)	101.421	87.438
Capital principal - CP	101.421	87.438
Capital social	42.931	38.703
Reservas de capital	57.789	48.642
Lucros acumulados	3.175	2.852
Ajustes Prudenciais	(2.473)	(2.759)
Nível II (NII)	668	1.008
Letras Financeiras e Dividas Subordinadas	668	1.008
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	395.144	369.543
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	706	684
Margem de Capital (i)	59.893	48.960
Índice de Basileia (PR / RWA)	25,84%	23,93%
Situação de Imobilização (Imob)	11.530	7.100
Índice de Imobilização (Imob / PR)	11,29%	8,03%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Valmir Dzivielevski
Diretor Executivo
CPF: 881.076.719-53

Paulo Diego Breancini
Diretor de Operações
CPF: 057.065.289-85

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20